

Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 8, n. 4, p. 76-96, out./dez., 2012

doi:10.4270/ruc.2012432

Disponível em www.furb.br/universocontabil



A EVIDENCIAÇÃO SOCIAL VOLUNTÁRIA E O ACIDENTE NUCLEAR DE FUKUSHIMA: UM ESTUDO DE CASO DA ELETRONUCLEAR¹

THE VOLUNTARY SOCIAL DISCLOSURE AND FUKUSHIMA NUCLEAR ACCIDENT: A CASE STUDY OF THE ELETRONUCLEAR

LA DIVULGACIÓN SOCIAL VOLUNTARIA Y EL ACCIDENTE NUCLEAR DE FUKUSHIMA: UN ESTUDIO DE CASO DE LA ELETRONUCLEAR

Marlon Cruz Ferreira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UERJ
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã
CEP: 20550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: marlon1994@yahoo.com.br
Telefone: (21) 2334-0294

Adolfo Henrique Coutinho e Silva

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UERJ
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã
CEP: 20550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: adolfocoutinho@uol.com.br
Telefone: (21) 2334-0294

Manoel Marcondes Machado Neto

Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UERJ
Endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, Bloco E, Maracanã
CEP: 20550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
E-mail: marcondesneto@yahoo.com
Telefone: (21) 2334-0294

RESUMO

Diante de fatos que expõem negativamente determinado produto ou serviço, como o acidente

¹ Artigo recebido em 11.09.2011. Revisado por pares em 22.11.2011. Reformulado em 26.12.2011. Recomendado para publicação em 26.01.2012 por Ilse Maria Beuren (Editora). Publicado em 31.12.2012. Organização responsável pelo periódico: FURB.

nuclear de Fukushima, a teoria da legitimidade afirma que as empresas tendem a se utilizar de estratégias que visem recuperar sua legitimidade perante a sociedade mediante a divulgação voluntária de informações que demonstrem responsabilidade social em suas atividades. Assim, este estudo tem por objetivo realizar uma pesquisa exploratória nos relatórios da Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear) referentes aos exercícios de 2006 a 2010, a fim de verificar como a empresa se utilizou da evidenciação voluntária para solucionar questões negativas relacionadas às suas atividades. Os resultados sugerem, consistentemente com os estudos realizados anteriormente, que os administradores da empresa, consciente ou inconscientemente, aumentaram a evidenciação de seus relatórios da administração nas categorias meio ambiente, produto e energia, e utilizaram, no período analisado, as segunda e terceira estratégias de evidenciação propostas por Lindblom (1994). Ademais, após o acidente, incrementaram a evidenciação voluntária com o aperfeiçoamento do seu relatório de sustentabilidade e a elaboração de outros documentos correlatos. O resultado observado no estudo de caso contribui para a literatura na medida em que demonstra que podem não existir diferenças significativas entre as estratégias de evidenciação social utilizadas por (1) empresas públicas e privadas; e (2) empresas causadoras de acidentes ambientais e aquelas outras que participam do mesmo setor de atividade, na busca pela manutenção de sua legitimidade social frente a questionamentos sociais sobre sua atividade ou produtos e serviços por elas comercializados, observando-se épocas distintas, sobretudo nas últimas três décadas.

Palavras-chave: Evidenciação social voluntária. Responsabilidade social. Estratégias de evidenciação. Teoria da legitimidade.

ABSTRACT

Faced with facts like that expose negatively its product or service, such as the nuclear accident in Fukushima, the legitimacy theory states that companies tend to use strategies that aim to regain their legitimacy in society, through voluntary disclosure of information to demonstrate social responsibility in their activities. Thus, this study aims to conduct an exploratory research on the reports from Eletrobrás Thermonuclear SA (Eletronuclear), concerning to the exercises from 2006 to 2010, in order to verify how the company used voluntary disclosure to address negative issues related to its activities. Consistently with previous studies, the results suggest that the company's managers, consciously or unconsciously, increased the disclosure in its management reports about the following categories: environment, products and energy, and utilized during the period analyzed the second and third disclosure strategies proposed by Lindblom (1994). In addition, after the accident, they increased the voluntary disclosure with the improvement of its sustainability report and the preparation of other related documents. The result observed in the case study contributes to the literature studied as it demonstrates that there cannot be significant differences between the social disclosure strategies used by (1) public and private companies, and (2) companies that cause environmental accidents and those that belong the same industry, in the quest to maintain their social legitimacy in the face of social questions about their activities or products sold, even at different times, in the last three decades.

Keywords: Voluntary social disclosure. Social responsibility. Disclosure strategies. Legitimacy theory.

RESUMEN

Teniendo en cuenta los hechos que exponen negativamente productos o servicios en particular, como el accidente nuclear de Fukushima, la teoría de la legitimidad dice que las

empresas tienden a utilizar estrategias que apuntan a recuperar su legitimidad en la sociedad a través de la divulgación voluntaria de información que demuestre la responsabilidad social en sus actividades. Así, este estudio tiene como objetivo llevar a cabo una investigación exploratoria en los informes de la Eletrobrás Termonuclear SA (Eletronuclear) para los años de 2006 a 2010, con el fin de ver cómo la compañía utiliza la divulgación voluntaria para abordar las cuestiones negativas relacionadas con sus actividades. Los resultados sugieren, en consonancia con estudios anteriores, que los directivos de la empresa, consciente o inconscientemente, realizaran una mayor divulgación en el informe de administración en las categorías medio ambiente, productos y energía, y utilizaran, en el período analizado, las segunda y tercera estrategias de divulgación propuesta por Lindblom (1994). Por otra parte, después del accidente aumentarán la divulgación voluntaria con la mejora de sus informes de sostenibilidad y la preparación de otros documentos relacionados. El resultado observado en el estudio de caso contribuye a la literatura, ya que demuestra que pueden no existir diferencias significativas entre las estrategias utilizadas por la divulgación social (1) de las empresas públicas y privadas; y (2) empresas que causan los accidentes ambientales y de otro los participantes en el mismo sector, el objeto de mantener su legitimidad social ante la pregunta acerca de sus actividades sociales o de los productos y servicios comercializados por ellos, cuya observación abarcó diferentes épocas, especialmente en las últimas tres décadas.

Palabras clave: *Divulgación social voluntaria. Responsabilidad social. Estrategias de divulgación. Teoría de la legitimidad.*

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2011 ocorreu, em Fukushima, Japão, um acidente nuclear de grande proporção e de repercussão internacional. As autoridades japonesas determinam a evacuação da população que vive em um raio de 20 km da usina Daiichi (IAEA, 2011a). O acidente é classificado no nível 4 (acidente com consequências locais), de acordo com a escala INES (*International Nuclear and Radiological Event Scale*). Entretanto, um mês depois, é elevado para o nível 7 (máximo), o que o iguala a Chernobyl - o maior desastre do gênero na história até então (IAEA, 2011b).

Seguiu-se uma forte comoção pelo mundo, que passa a repensar a continuidade da era nuclear, conforme algumas notícias da mídia listadas no Apêndice A. Um assunto deveras delicado, que se reveste de um cunho extremamente político, como pode ser demonstrado pelo anúncio do governo alemão, em 30 de maio de 2011, acerca do fechamento de suas usinas nucleares até 2022.

Fatos como estes ampliam as pressões sobre as empresas, no que concerne à implantação de práticas e produtos sustentáveis ambientalmente. Pereira *et al.* (2011) corroboram esta tendência quando afirmam que, hodiernamente, cobra-se, cada vez mais, que as corporações limitem e controlem os impactos ambientais oriundos de sua atividade produtiva. Os autores concluem o pensamento exaltando que a sociedade busca garantir às gerações vindouras condições, pelo menos, iguais às atuais.

Destarte, diante de ocorrências adversas, as empresas ficam premidas em recuperar sua imagem perante governos, empregados, acionistas, comunidades de entorno, imprensa – as chamadas partes interessadas (*stakeholders*), a fim de garantirem a sobrevivência no mercado. Isto requer mais transparência e satisfação públicas e, portanto, mais comunicação por parte das organizações. E a ocasião anual da divulgação das informações contábeis pode ser uma ferramenta útil para este fim.

Órgãos reguladores do mercado de capitais estabelecem uma série de normas para a

divulgação dessas informações anuais, entretanto há uma flexibilidade no que tange à inclusão voluntária de alguns dados e informações, sobretudo sociais e ambientais. Assim, os administradores podem definir o que consideram importante que seja divulgado para conhecimento dos diversos usuários das demonstrações financeiras (SANCOVSCI; SILVA, 2006). É justamente neste âmbito que a Teoria da Legitimidade tenta explicar a motivação dos administradores ao evidenciarem informações voluntárias em seus relatórios anuais, focando os objetivos na manutenção da legitimidade organizacional diante de eventos negativos relacionados às suas atividades.

Além da ótica de possuírem produtos socialmente questionáveis, empresas do ramo de energia nuclear deparam-se também com elevado custo político, o que as deixa suscetíveis a intervenções, por vezes radicais, em suas atividades, como foi o caso recente da decisão do governo alemão. É de se supor que, caso não houvesse o desastre, a sobrevida das usinas alemãs seria prolongada em média 14 anos, conforme lei assinada em 2010, o que estenderia o fechamento da última usina para 2036.

Portanto, com base na Teoria da Divulgação Voluntária que, segundo Salotti e Yamamoto (2008), é um processo endógeno, motivado por fatores internos de seus responsáveis, presume-se que a manutenção da legitimidade e os custos políticos são os incentivos para os gestores do setor nuclear divulgarem informações voluntárias.

Diante desse panorama, esta pesquisa visa estudar como os administradores da empresa Eletronuclear utilizaram as estratégias de evidenciação nos seus relatórios anuais de 2006 a 2010, com ênfase nos impactos gerados mediante a ocorrência de uma externalidade negativa (o acidente nuclear de Fukushima) e, por conseguinte, diante de uma provável perda de legitimidade. Espera-se que as análises mostrem, além de outros aspectos, que há um incremento na evidenciação voluntária dos relatórios que são divulgados após o surgimento de questões negativas, conforme sugerido pela literatura.

Cabe ressaltar que as pesquisas brasileiras focalizam empresas cujo capital social encontra-se aberto à negociação em Bolsa de Valores, principalmente devido à obrigatoriedade de divulgações preconizada nos ditames legais. Porém, a análise sobre os relatórios da Eletronuclear permitirá uma comparação de comportamentos de legitimidade para um tipo de empresa (capital fechado) ainda não explorado. Soma-se a isso o fato de a Eletronuclear ser uma estatal e de o setor nuclear ser um ramo bem discutido na atualidade.

Ademais, o estudo é relevante também por cobrir um período cuja análise mostra um fato real que auxilia a compreensão da evidenciação social voluntária da empresa, ocasião em que seus produtos ou objetivos se tornam frutos de questionamentos políticos e sociais; e por possuir uma abordagem inovadora quanto à metodologia de análise dos dados, haja vista que utiliza um enfoque categorizado para evidenciação, que é mensurada quantitativa e qualitativamente, o que ainda não havia sido realizado nas pesquisas efetuadas até o momento, acerca da temática em lide.

Assim, além deste introito, o trabalho está estruturado em outras quatro seções. Na segunda é realizada uma revisão da literatura. Na terceira é apresentada a metodologia escolhida. Na quarta é feita uma análise da empresa e dos seus relatórios e, por último, a quinta seção traz as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria da Legitimidade

Fazendo uma analogia à Teoria Contratual da Firma, O'Donovan (2002) atesta que a Teoria da Legitimidade é baseada na ideia subjetiva da existência de um contrato social, no qual os partícipes são a empresa e a sociedade. Dessa forma, argumenta que, para perpetuar suas atividades com sucesso, as empresas devem limitar suas ações dentro de um arcabouço

de atitudes socialmente aceitas. Enfim, para garantirem suas sobrevivências no mercado, e continuarem extraindo do ambiente o que necessitam para suas operações, as empresas dependem da anuência da sociedade, via cumprimento de leis ou via “goodwill”, quando há simpatia da opinião pública.

Para Suchman (1995), legitimidade é a percepção das ações da entidade no sentido de verificar se são desejáveis, adequadas ou apropriadas, com base em um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições. Dessa forma, reflete a congruência entre os comportamentos da empresa legitimada e as crenças compartilhadas por um grupo social, onde está inserida.

Como a relação com a sociedade é o que confere a legitimidade, O’Donovan (2002) afirma que o grau de legitimação poderá sofrer modificação sempre que ocorrerem mudanças nos valores no sistema - grupo social do qual a empresa faz parte. Essas mudanças podem ser decorrentes da consciência do envolvimento social, de pressões regulatórias, de influência da mídia, da pressão de grupos de interesse e de crises corporativas.

O impacto na legitimidade motiva os administradores a adotarem uma tática voltada a sua recuperação. Tal tipo de abalo geralmente ocorre quando a empresa está diante de uma externalidade negativa relacionada com sua atividade ou seu produto perante a sociedade, o que pode, ainda, ser fomentado pela pressão pública sempre que houver presença e influência da mídia. Tais eventos negativos podem ser decorrentes de acidentes ambientais ou de trabalho; de controvérsias da atividade desenvolvida pela empresa; ou de crises corporativas em geral (SILVA, 2003).

Diante de impactos na legitimidade, Lindblom (1994) afirma que os administradores podem influenciar as percepções, expectativas e valores da sociedade, através das informações divulgadas nos relatórios anuais, com intuito de recuperar sua legitimação, gerando um efeito significativo nas políticas de evidenciação social corporativa. Nesse contexto, Sancovschi e Silva (2006, p.43) relatam:

[...] a evidenciação social voluntária parece ser um meio de os administradores proverem informações sobre as atividades, produtos e objetivos de suas empresas de modo a legitimar seu comportamento, especialmente em momentos em que essas empresas tenham suas atividades, seus produtos ou seus objetivos questionados.

Coadunando este pensamento, Cho e Patten (2007), ao estudar o grau de evidenciação em empresas ambientalmente sensíveis *versus* não sensíveis, concluem que empresas com baixo desempenho ambiental evidenciam, de forma mais extensiva, informações de caráter ambiental com vistas a aumentar a sua legitimidade.

Além dessa tática de recuperar a legitimidade, O’Donovan (2002) cita ainda outras duas: a de ganhar, normalmente empregada quando as entidades modificam suas atividades; e a de manter, usualmente utilizada quando as empresas estão funcionando normalmente.

Lindblom (1994) propõe uma tipologia na qual as empresas podem usar, isoladamente ou em conjunto, quatro estratégias visando legitimar suas existências:

- a) Realizar ajustes internos visando aproximar os resultados, métodos e metas da organização com a visão do que é apropriado pela sociedade. Nessa estratégia, a evidenciação consiste em informar seu público relevante sobre as mudanças realizadas nas atividades ou no desempenho da empresa para recuperar sua legitimidade;
- b) Não realizar ajustes nos resultados, métodos e metas da organização, mas envidar esforços para evidenciar que suas atividades ou o desempenho da empresa são apropriados. Essa estratégia está focada na mudança de percepção do público relevante;
- c) Manipular a percepção da atual situação negativa, focando a atenção em outras

atividades consideradas apropriadas ou símbolos que já possuam alto *status* de legitimidade; e/ou

- d) Alinhar as expectativas do público relevante com o desempenho futuro de suas atuais atividades.

Suchman (1995) aduz três desafios gerais no gerenciamento da legitimidade organizacional (ganho, manutenção e reparação), sobre os quais oferece uma seleção de estratégias para cada uma das categorias de legitimidade que compõem a sua proposta de tipologia: geral, pragmática, moral e cognitiva. A legitimidade geral focaliza a percepção do ambiente externo acerca da organização. A pragmática relaciona-se com a resposta da empresa às diversas percepções do seu público relevante, ou seja, reação perante os questionamentos da sociedade. A moral refere-se ao comportamento ético e a correlação de suas atividades com o bem-estar da sociedade. Por fim, a cognitiva está pautada na aceitação do seu papel pela sociedade, com base em preceitos culturais e na visão de que a organização é indispensável.

Dessa forma, Suchman (1995) desenvolve uma ferramenta que permite identificar as estratégias de legitimação ao longo de todo ciclo de vida da organização, através das táticas também citadas por O'Donovan (2002). Enquanto Lindblom (1994) concentra sua análise nas atitudes estratégicas dos administradores quando da elaboração de suas políticas de evidenciação, sobretudo defronte à ocorrência de uma externalidade negativa, focando a reparação da legitimidade. Destarte, a tipologia de Lindblom (1994) se torna mais compatível com o objetivo deste estudo, e, portanto, será uma das bases teóricas utilizadas.

2.2 Evidenciação Social

A lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76), preservadas as suas devidas atualizações, estabelece a obrigatoriedade da publicação do relatório da administração, para as empresas de capital aberto, juntamente com as demonstrações financeiras anuais, servindo como um meio de divulgação de informações ao seu público interno e externo. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), amparada pela lei retro mencionada, apresenta algumas recomendações em seu Parecer de Orientação n. 15/87, ressaltando que tais sugestões não devem inibir a criatividade da administração em elaborar seu relatório. Dessa forma, alguns tópicos são de natureza obrigatória, enquanto que outros são de característica voluntária, em que é possível identificar a discricionariedade dos administradores em apresentar as informações que lhe tragam um retorno favorável junto aos seus usuários.

Este retorno pode estar relacionado com o ganho, a manutenção ou a recuperação de legitimidade. Pereira *et al.* (2011) afirmam que é justamente essa discricionariedade proporcionada pelos órgãos reguladores que favorece o fornecimento de informações relevantes para os usuários, ao mesmo tempo em que faculta aos gestores evidenciarem um perfil organizacional condizente com as crenças e valores socialmente almejados. Nesse sentido, Lindblom (1994) cita que grande parte da divulgação social voluntária pode estar relacionada aos esforços dos administradores à legitimação, que se refere ao desempenho social e à divulgação de tal desempenho.

Uma outra abordagem que visa explicar a inserção de informações sociais de natureza voluntária é a hipótese dos custos políticos, pois a possibilidade de intervenção pode estar relacionada a uma maior ou menor evidenciação social e ambiental pelos administradores. Assim, Watts e Zimmerman (1990) mencionam que o processo político imprime custos contratuais de informação e de *lobby*, que podem influenciar nas escolhas organizacionais, incluindo as de natureza contábil referentes à política de evidenciação. Esta, portanto, pode ser uma ferramenta útil para evitar a intervenção política e reguladora do Estado.

Corroborando essas abordagens que explicam a motivação para evidenciar voluntariamente informações sociais e ambientais, Silva (2003, p.19) afirma que: “os

administradores de empresas evidenciam informações sociais com o objetivo de ampliar sua legitimidade e minimizar os riscos de uma intervenção política”.

2.3 Estudos Anteriores

Com base nessas ideias, alguns autores no Brasil e no exterior relacionaram a Teoria da Legitimidade com o nível de evidenciação social na base voluntária. Patel e Xavier (2005) estudaram as estratégias utilizadas pela indústria australiana James Hardie para gerenciar os desafios a sua legitimidade frente às reclamações da utilização de amianto em seus produtos, cuja exposição provocou doenças respiratórias e, por vezes fatais, em empregados e associados. O período da análise foi de 26 de fevereiro a 22 de setembro de 2004 e a unidade de observação foi o jornal “*The Australian*”, escolhido por representar a agenda nacional de notícias e por prover uma perspectiva mais ampla do que os impressos financeiros. Com base na tipologia de legitimidade proposta por Suchman (1995), os autores concluíram que houve ênfase nas estratégias de reparação e ganho de legitimidade na relação com o meio ambiente, o que corrobora as atitudes esperadas de uma organização em crise.

Beuren, Hein e Boff (2011) analisaram 16 empresas familiares brasileiras no período de 1997 a 2006, no intuito de identificar uma relação entre as estratégias de legitimidade organizacional proposta por Lindblom (1994) e a geração familiar que administra as empresas. O estudo concluiu que as empresas analisadas utilizaram mais as terceira e segunda estratégias, com um pequeno predomínio da terceira. Provaram ainda que não houve relação entre as estratégias utilizadas nos relatórios da administração e a geração familiar presente na gestão dessas empresas, não confirmando o pressuposto de que a geração sucessora trouxesse novas posturas. Os autores não descrevem os possíveis motivos para esse resultado, no entanto pode-se extrair uma confirmação do conceito de legitimidade segundo Suchman (1995), que é a sua relação intrínseca com os valores, crenças e definições de um grupo social e não de seus gestores.

Pereira *et al.* (2011) analisaram 102 entidades com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, com o fito de verificar se 45 empresas de indústrias ambientalmente sensíveis (química, mineração, madeira e papel, exploração de petróleo e metais) buscam mais legitimidade do que 57 de indústrias não ambientalmente sensíveis (utilidades domésticas, tecidos, vestuário e calçados, máquinas e equipamentos, material de transporte e lazer), com base em suas demonstrações financeiras anuais do exercício social de 2009. A análise foi feita através dos itens sugeridos nos Pareceres e na Cartilha de Governança Corporativa da CVM e os resultados mostraram que existe diferença estatisticamente significativa entre alguns itens evidenciados, sendo que houve uma maior evidenciação para o grupo de empresas pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis. Esse efeito se coaduna com a pesquisa de Cho e Patten (2007), que realizaram um estudo semelhante nos relatórios anuais de 100 empresas, negociadas em bolsas de valores nos Estados Unidos, referentes ao exercício fiscal de 2001, e os resultados reforçaram o argumento de que as empresas utilizam a evidenciação ambiental como ferramenta de legitimação.

Silva (2003) analisou os relatórios anuais do período de 1993 a 2002 da Petrobras e Souza Cruz, duas empresas brasileiras com algumas características semelhantes à Eletronuclear: alto risco de intervenção política em função da suscetibilidade às consequências de suas atividades e utilização de seus produtos, bem como grande visibilidade decorrente de sua importância para o país. O autor objetivou verificar, com base na tipologia de Lindblom (1994), a forma como essas empresas informaram as questões negativas relacionadas às suas atividades ou seus produtos, frente a uma possível perda de legitimidade. Ele conclui que as empresas adotaram políticas de evidenciação padronizadas, havendo predominância das segunda e terceira estratégias na evidenciação voluntária da Souza Cruz e das três primeiras na Petrobras. A maior diferença entre as empresas é a utilização da primeira

estratégia (mostrar as mudanças realizadas), que é utilizada principalmente quando a responsabilidade pela ocorrência do evento negativo recai sobre a entidade. Ocorreu na Petrobras nos anos de 1999, 2000 e 2001, quando houve mais acidentes ambientais, impulsionando os administradores a evidenciar as mudanças em suas atividades, a fim de preservar sua legitimidade.

Patten (1992) analisou os relatórios de 22 empresas do setor de petróleo nos anos de 1988 e 1989, a fim de identificar relação de causa e efeito da evidenciação ambiental com o acidente de derramamento de óleo provocado pela empresa EXXON. O autor desenvolve sua análise sugerindo que esse impacto no ambiente aliado à pressão pública modificaria as políticas de evidenciação de todas as empresas do setor, ainda que não vinculadas ao acidente. Tal fato se confirmou, e o autor conclui que realmente houve um aumento significativo na evidenciação ambiental das empresas do setor após o acidente, o que qualifica a pesquisa como uma elucidação da prática que ampara a teoria da legitimidade.

Domench (2003) investigou a quantidade de informações socioambientais de 62 grandes empresas espanholas de diversos setores no período de 1994 a 1998, no intuito de identificar os fatores determinantes da divulgação dessas informações. Os resultados da investigação constatarem um crescimento lento, mas sustentado da divulgação desse tipo de informação, sobretudo pelas grandes empresas pertencentes aos setores de energia e petróleo. A especificidade desse trabalho está na utilização das categorias (Quadro 1) de atuação social e ambiental propostas por Ernst & Ernst (1978, apud DOMENCH, 2003) aliada a uma metodologia que enfatiza a amplitude e não somente a extensão (número de páginas ou palavras) da informação.

Face ao exposto, embora tenham sido utilizadas distintas bases teóricas e terem sido realizados em épocas diversas, os estudos apresentam conclusões congruentes, principalmente no que tange a recuperação da legitimidade como motivação dos administradores para realizarem a evidenciação social voluntária, seja pela empresa estar em crise perante a sociedade, pertencer aos setores ambientalmente sensíveis, seja por possuir alto custo político. Ademais, as estratégias mais utilizadas, segundo a tipologia de Lindblom (1994), são a segunda (mudar a percepção do público sem mudar o comportamento) e a terceira (manipular a percepção desviando a atenção para outra questão).

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa trata de um estudo de caso e é classificada como exploratória, por possuir o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito (GIL, 2008).

O estudo de caso foi escolhido por se tratar de uma pesquisa voltada para a compreensão de um fenômeno contemporâneo dentro do contexto real de uma empresa. Ademais, enquadra-se perfeitamente na proposta de Schramm (1971) para este tipo de pesquisa, quando afirma que o âmago do estudo de caso é esclarecer os motivos das tomadas de decisão, como foi sua implementação e os seus consequentes resultados.

3.1 Seleção da Empresa Analisada

Para analisar as consequências do acidente nuclear em Fukushima na evidenciação social e ambiental, optou-se por estudar a única empresa brasileira de energia que atua no setor em questão: a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR. Naturalmente, outros setores podem ter sido indiretamente impactados, entretanto essa primeira análise restringe-se aos impactos diretos e seus efeitos no Brasil.

A motivação para a escolha do setor nuclear também se deve ao fato de englobar um ramo de negócio que está no foco de atenção da sociedade, por estar propenso a acidentes ambientais qualitativamente devastadores. Ademais, as decisões e ações de empresas do setor

possuem um elevado custo político, cabendo aos administradores buscar sua continuidade institucional e mostrar que são socialmente responsáveis.

3.2 Coleta de Dados

Os dados para a análise foram coletados de fontes primárias, que ainda não haviam recebido tratamento analítico, de forma que a técnica de pesquisa utilizada é a documental. Assim, os dados foram coletados principalmente dos Relatórios da Administração das demonstrações financeiras anuais no período de 2006 a 2010 da Eletronuclear. Os relatórios sociais divulgados pela empresa também compuseram, em menor escala, o escopo da análise. Os relatórios sociais foram utilizados para uma análise complementar aos resultados obtidos com a quantificação da evidenciação social e ambiental dos relatórios da administração. Os dados analisados foram os arquivos disponíveis no *site* da empresa entre os dias 10/04/2011 a 18/07/2011.

O período (2006 a 2010) foi escolhido com base na disponibilidade pública da documentação necessária; por permitir a análise de um relatório (2010) divulgado após um evento potencialmente negativo para o setor nuclear, o acidente em Fukushima, convergindo com o enfoque da temática ora apresentada; e por possibilitar o estudo de quatro relatórios (2006 a 2009) divulgados antes do acidente, a fim de identificar o perfil da empresa quanto a sua política de evidenciação social voluntária.

Releva notar ainda que os relatórios de 2010 foram emitidos cerca de dois meses após o acidente, o que permite inferir a possibilidade de influência do evento negativo por ocasião de sua elaboração.

3.3 Análise dos Dados

Como o objetivo da pesquisa está relacionado com a verificação das intenções dos administradores da empresa na implementação de sua política de evidenciação social voluntária, buscou-se alinhar a extensão da divulgação (quantidade de palavras) com a amplitude (categorias divulgadas), uma metodologia utilizada por Domench (2003). Tal fato demonstra o enfoque inovador da análise, haja vista que as pesquisas anteriores, acerca do impacto de questões negativas, focaram somente na quantidade evidenciada.

Dessa forma, a evidenciação foi analisada mediante a quantificação da ocorrência dos elementos de informação social e ambiental na classificação de Ernst & Ernst (1978, apud DOMENCH, 2003), listados no Quadro 1. A classificação dos dados segundo esses elementos foi realizada de maneira qualitativa, agrupando as frases segundo sua ideia central mais relevante, de modo que cada frase identificada como evidenciação social correspondesse a um único elemento.

Após a tabulação dos dados dos relatórios, foi elaborada uma análise quantitativa e qualitativa, a fim de identificar se há algum impacto na evidenciação social voluntária da empresa Eletrobrás diante do acidente nuclear de Fukushima, ocorrido antes da divulgação dos relatórios referentes ao exercício de 2010.

Adicionalmente, foi realizada uma análise da estratégia de evidenciação adotada pela empresa, segundo a tipologia proposta por Lindblom (1994). Não obstante haja estratégias sugeridas por outros autores, optou-se por esta base teórica tendo em vista um alinhamento retilíneo com o estudo dessa tipologia, qual seja, a reparação da legitimidade diante de um evento negativo. Ademais, permite uma análise comparativa com outros estudos realizados anteriormente.

Categorias	Elementos em Ernst & Ernst (1978)
Meio ambiente	Controle da contaminação Prevenção e reparação de danos ambientais Conservação de recursos naturais Outra informação ambiental
Energia	Economia de energia Eficiência energética do produto Outra informação sobre eficiência energética
Produto	Segurança do produto Redução da contaminação com o uso do produto Outros aspectos relacionados com o produto
Ética empresarial	Emprego e promoção de minorias Emprego feminino e medidas de igualdade Emprego de outros grupos de interesse Ajuda a negócios minoritários Práticas socialmente responsáveis no estrangeiro Outra informação sobre práticas éticas
Recursos humanos	Saúde e seguridade no trabalho Formação de pessoal Outra informação sobre o pessoal
Relação com a comunidade	Atividades com a comunidade Fundações hospitalares Educação, patrocínio e mecenato artístico Outras atividades sociais
Outra informação	Informação adicional não citada anteriormente

Quadro 1 - Categorias e elementos de informação social e ambiental

Fonte: Ernst & Ernst (1978, apud DOMENCH, 2003)

4 RESULTADOS

4.1 A Eletronuclear

A Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR é uma sociedade anônima, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS (seu acionista majoritário), que é controlada pelo governo brasileiro. Está constituída na forma da autorização contida no Decreto n. 76.803, de 16 de dezembro de 1975, com a finalidade específica de explorar, em nome da União, atividades nucleares para fins de geração de energia elétrica, nos termos do Decreto de 23 de maio de 1997. Portanto, é uma empresa de capital fechado, subsidiária de outra empresa de capital aberto.

Para realizar sua atividade fim, constrói e opera usinas nucleares, gera energia elétrica delas decorrente e realiza serviços de engenharia e correlatos, estando regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A empresa possui três usinas, a primeira (Angra 1) entrou em operação em janeiro de 1985, enquanto que a segunda (Angra 2), em setembro de 2000. A energia elétrica gerada por essas usinas é fornecida exclusivamente para FURNAS - Centrais Elétricas S.A. (parte relacionada), mediante contrato de compra e venda.

Há ainda a usina Angra 3, em fase de construção, cujo projeto foi lançado na década de 80, mas as atividades só puderam ser iniciadas em 2008 devido às prioridades governamentais, o que demonstra a sua suscetibilidade à incidência de custos políticos. Atualmente, a construção foi incluída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, do Governo Federal, o que poderá conceder vantagem sob aspecto orçamentário para a conclusão da obra, haja vista a prioridade do Governo, para os projetos do referido programa, por ocasião do estabelecimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Plano Nacional de Energia 2030, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética para o Ministério de Minas e Energia, prevê que quatro a oito usinas de geração nuclear

estarão em operação até o ano de 2030. Essa expansão aponta para o Nordeste como sede das próximas usinas nucleares brasileiras, tanto que foi inaugurado, em 2009, um escritório regional da Eletronuclear na cidade de Recife.

O alinhamento com programas de governo (PAC) e a participação nas metas para o setor de energia, estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia, sugerem que os custos políticos estão mitigados, pelo menos enquanto perdurar esse apoio do governo.

4.2 O Acidente de Fukushima e o Programa Nuclear Brasileiro

De acordo com o informe parlamentar n. 1182 de 23 de março de 2011, foi realizada uma audiência pública pela Comissão de Minas e Energia, motivada pelo vazamento radioativo em Fukushima com o fito de discutir a construção de novas usinas nucleares brasileiras, bem como a situação das já existentes. Em síntese, as autoridades presentes enfatizaram que o acidente não é razão para mudar o Programa Nuclear Brasileiro, com base nos argumentos de que a energia nuclear é fundamental para a transformação do país; as condições geográficas do Brasil o tornam praticamente imune a um terremoto nos moldes japoneses; os prédios das usinas de Angra dos Reis são à prova de inundação e o Brasil segue orientações de especialistas e certificações internacionais, entre outros.

O presidente da Eletronuclear, senhor Othon Luiz, esteve presente e salientou: a construção de helipontos e embarcadouros, que servirão para uma evacuação em emergência; os programas de treinamentos anuais, inclusive com a participação da população bienalmente; o estudo de instalação de hidrelétricas para o fornecimento de energia à usina, pois esse fator seria crucial para minimizar o desastre de Fukushima, pois forneceria energia extra para o resfriamento dos reatores; além das questões geográficas que favorecem a não ocorrência desse tipo de catástrofe da natureza no Brasil. Esse discurso transparece a preocupação em mostrar ao público externo que a atividade é passível de ser controlada e que a Eletronuclear está preparada para mitigar as consequências de um desastre, podendo-se notar uma aderência com a segunda estratégia de Lindblom (1994).

Ainda em consequência do acidente, o Senado Federal aprovou a criação de uma Comissão temporária externa, que visitou a Eletronuclear e suas usinas, no dia 08/04/2011, a fim de verificar o plano de emergência e o tratamento dos rejeitos radioativos. Foi constatada a necessidade de alguns aprimoramentos a fim de aperfeiçoar o plano de emergência e, por conseguinte, foi assinado um Termo de Ajuste entre a Estatal e a comissão, versando basicamente sobre a construção de uma pequena hidrelétrica, píeres para auxiliar na evacuação em emergência, depósito de rejeitos radioativos e treinamento nas escolas que distam 5 km da central nuclear. Algumas iniciativas já contidas no planejamento da estatal, conforme o discurso de seu presidente na audiência do dia 23/03/2011.

A segurança no setor nuclear também fez parte da 94^a. Reunião Ordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, bem como do discurso do Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, nas entrevistas pós-acidente, com vias a tranquilizar a população quanto a essa modalidade de energia. O ministro enfatizou que: as usinas possuem sistemas diferenciados de segurança; o Brasil não está sujeito a fenômenos naturais semelhantes ao ocorrido no Japão; o país participará de todos os protocolos internacionais que doravante sejam assinados, adotando todas as medidas de segurança.

Portanto, com base no alinhamento dos discursos das autoridades políticas e nas medidas adotadas após o acidente, percebe-se que o governo apoia a iniciativa nuclear e é um parceiro na tentativa de convencer o público de que as atividades da empresa são seguras e profícuas para o futuro do país. Essa conclusão reforça a mitigação dos custos políticos como motivador da política de evidenciação social da Eletronuclear.

4.3 Os Relatórios da Empresa

Além do balanço anual, a empresa disponibiliza em seu *site* oficial um relatório socioambiental (2010), os relatórios de gestão (2006 a 2009), três relatórios de segurança (2006, 2007 e 2011), quatro relatórios de sustentabilidade (2007, 2008, 2009 e 2010) e um relatório de execução do contrato de serviços de publicidade (2010), conforme detalhamento a seguir:

Relatórios / Exercícios	2006	2007	2008	2009	2010
Socioambiental	X	X	X	X	Mai/2011
Gestão	Mar/2007	Mar/2008	Mar/2009	Mai/2010	X
Segurança ¹	Mai/2006	Set/2007	X	X	Mai/2011
Sustentabilidade	X	Abr/2009	Nov/2009	Jul/2010	Mai/2011
Execução de contrato de publicidade	X	X	X	X	Jun/2011 ²

Quadro 2 - Relatórios da Eletronuclear, exceto os constantes no balanço³, e suas datas de emissão

Fonte: <http://www.eletronuclear.gov.br>

O relatório socioambiental aglutina informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas durante o ano de 2010, junto às comunidades próximas à CNAAA (Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto) em Angra dos Reis. Por força condicional e em contrapartida da liberação de licenças ambientais pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), a empresa celebrou diversos convênios com Prefeituras circunvizinhas, com o intuito de atenuar a carência de qualidade de vida e bem-estar de seus habitantes, atuando nas áreas de esporte, educação, saúde, meio ambiente, cultura e lazer. O relatório possui 28 páginas e pode ser totalmente enquadrado na categoria relação com a comunidade.

Os relatórios de gestão seguem as orientações e modelos específicos estabelecidos pelo TCU (Tribunal de Contas da União), não abrindo margem para discricionariedade do administrador, portanto não foi objeto de análise desta pesquisa. O mesmo tratamento foi dado para o relatório de execução do contrato de serviços de publicidade, que é um atendimento ao imperativo legal.

Os relatórios de segurança emitidos em 2006 e 2007 correspondem a dois documentos oficiais acerca da participação do Brasil em convenções internacionais sobre segurança nuclear e no gerenciamento do combustível nuclear usado e de rejeitos radioativos. Eles foram elaborados por uma força-tarefa composta de representantes de diversas instituições nacionais, tais como Ministério das Minas e Energia, Ministério das Relações Exteriores e Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), além da Eletrobrás. Trata-se, ambos os relatórios, do cumprimento da obrigação de preparar um relatório nacional a cada três anos com a descrição das medidas tomadas a fim de cumprir os objetivos das convenções, e por esse motivo também não foram objeto deste estudo.

O terceiro documento de segurança, emitido em maio/2011 e intitulado “Critérios de segurança adotados para as usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3”, tem extrema relevância para a pesquisa se observada a data de sua elaboração (10/05/2011), dois meses após o acidente em Fukushima. O relatório foca na categoria produto, substancialmente no elemento segurança do produto, conforme os trechos a seguir, entre muitos outros:

De todas as atividades industriais, a geração de energia elétrica em usinas nucleares é uma das que oferecem menos risco. (p. 2, grifo nosso)

Tem-se como meta deste esforço satisfazer o objetivo principal que é proteger os indivíduos, a sociedade e o meio ambiente contra o risco radiológico. (p. 5).

O conjunto de leis e regulamentos estabelecidos no Brasil para as atividades nucleares para a geração de energia elétrica faz com que tenhamos altos padrões de segurança, correspondentes às melhores práticas da indústria mundial. (p. 27, grifo nosso)

Os relatórios de sustentabilidade (2007 a 2010) foram elaborados especificamente pelo Comitê de Sustentabilidade Empresarial da Eletronuclear, criado em 2007, e discorrem sobre um sumário bem semelhante, detalhado no Quadro 3 a seguir.

	2007	2008	2009	2010
A Empresa	13 p	17 p	43 p	59 p
Sociedade	18 p	22 p	51 p	52 p
Meio Ambiente	10 p	12 p	31 p	31 p
Anexos	37 p	60 p	83 p	70 p
Total	78 p	111p	208 p	212 p

Quadro 3 - Números de páginas por capítulos dos relatórios de sustentabilidade

Fonte: Elaboração própria.

Não obstante apresentarem os mesmos capítulos é notória uma mudança consubstancial entre os relatórios de 2007/2008 e os de 2009/2010, tanto no formato como na quantidade de páginas. Tal mudança também foi observada nos relatórios da administração, que será relatada mais adiante, sugerindo que tenha sido em consequência da mudança do Diretor de Administração e Finanças.

Cabe destacar também que em 2010 (concluído em maio de 2011), no capítulo “Princípios e Normas Gerais de Conduta”, houve a inserção dos seguintes tópicos: Segurança nuclear – Defesa em Profundidade (extensa rede de barreiras sobrepostas) e Descomissionamento da CNAAA (retirada de serviço com segurança). Essa atitude demonstra a segunda estratégia de Lindblom (1994), qual seja evidenciar que a empresa possui em seu cerne (por isso, no tópico princípios) práticas apropriadas de segurança, na tentativa de mudar a percepção do público, sem realizar ajustes em suas atividades.

Outro dado relevante foi a redução no tempo de prontificação dos relatórios de sustentabilidade após exercício findo a que se refere, iniciando com 16 meses para 2007 e caindo para cinco meses em 2010 (Quadro 2). Como a redução foi gradual, não é possível afirmar que a ágil elaboração (comparativamente) do último relatório tenha relação exclusiva com o acidente nuclear de Fukushima, uma vez que pode ter sido consequência da *expertise* adquirida como passar dos anos.

Convém mencionar ainda o Prêmio de Sustentabilidade 2010, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), recebido pela Eletrobrás, com base na análise de seu relatório de sustentabilidade de 2009. Tal informação foi evidenciada no relatório da administração de 2010.

Apartando o relatório da administração e observando a divulgação dos documentos até aqui expostos, é perceptível uma maior preocupação da empresa com as informações de atuação social e ambiental após o acidente de Fukushima.

Já os relatórios da administração (2006 a 2010) seguem uma linha editorial bem similar, entretanto, após uma análise mais aprofundada, é possível identificar alterações no padrão de divulgação socioambiental voluntária da empresa, como demonstrado a seguir.

4.4 Análise dos Dados

A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam a evolução da evidenciação socioambiental da empresa Eletronuclear no período de 2006 a 2010, extraída dos relatórios da administração. Uma análise quantitativa indica maior evidenciação nos relatórios da administração de 2007, 2008 e 2006, respectivamente, bem como é perceptível uma mudança brusca na política de evidenciação contábil nos anos de 2009 e 2010, tal qual a que ocorreu com os relatórios de sustentabilidade. Isto pode ser explicado pela mudança do Diretor de Administração e Finanças e, por conseguinte, uma modificação na forma de apresentação do relatório da administração; e pelo início da elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade

socioambiental mais robustos (vide Quadro 3), que já englobam as informações relacionadas às categorias meio ambiente, produtos, recursos humanos e relação com a comunidade.

Tabela 1- Quantidade evidenciada em suas categorias/elementos (por palavras) nos Relatórios de Administração (2006 a 2010) da empresa Eletronuclear⁴

Categoria	Elementos	2010	2009	2008	2007	2006
Meio ambiente	Prevenção e reparação de danos ambientais	38	34	34	71	56
	Conservação de recursos naturais	63	74	71	44	0
	Outra informação ambiental	266	195	171	188	65
	TOTAL Meio Ambiente	367	303	276	303	121
Energia	Economia de energia	0	0	0	49	59
	Eficiência energética do produto	136	158	115	66	0
	Outra informação sobre eficiência energética	51	0	0	0	0
	TOTAL Energia	187	158	115	115	59
Produto	Segurança do produto	95	100	133	194	40
	Outros aspectos relacionados com o produto	102	0	0	0	0
	TOTAL Produto	197	100	133	194	40
Ética Empresarial	Emprego e promoção de minorias	0	35	37	104	133
	Emprego feminino e medidas de igualdade	0	116	109	114	114
	Emprego de outros grupos de interesse	0	0	0	0	65
	Outra informação sobre práticas éticas	0	0	0	303	0
	TOTAL Ética Empresarial	0	151	146	521	312
Recursos humanos	Saúde e seguridade no trabalho	0	0	74	0	129
	Formação de pessoal	0	0	75	63	0
	Outra informação sobre o pessoal	59	91	59	25	110
	TOTAL Recursos Humanos	59	91	208	88	239
Relação com a Comunidade	Atividades com a comunidade	125	163	197	120	244
	Fundações hospitalares	0	0	271	134	115
	Educação, patrocínio e mecenato artístico	15	0	181	178	132
	Outras atividades sociais	0	0	0	71	63
	TOTAL Relação com a comunidade	140	163	649	503	554
		950	966	1527	1724	1325

Fonte: Elaboração própria.

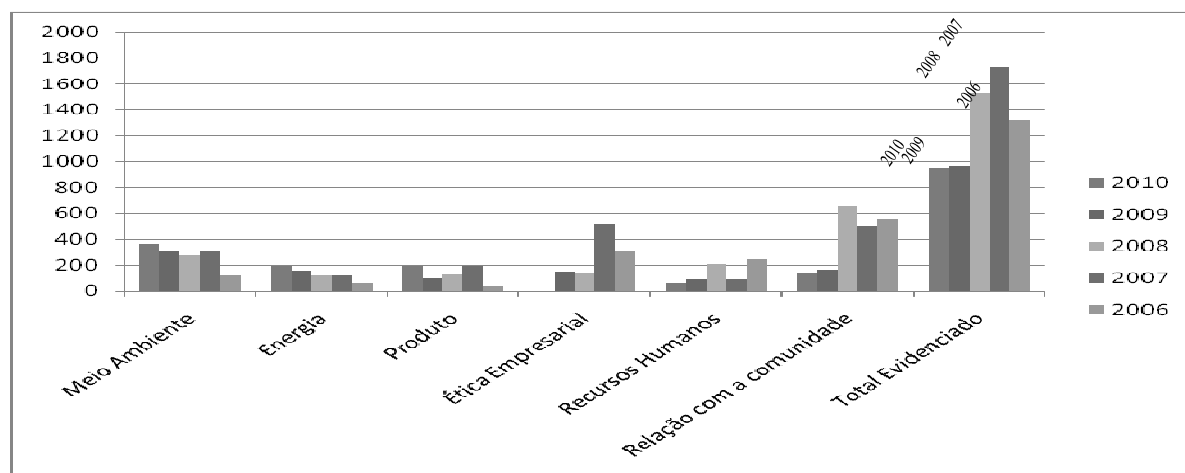


Gráfico 1 - Quantidade evidenciada por categorias nos relatórios da administração de 2006 a 2010

Fonte: Elaboração própria.

Observando a evidenciação de forma absoluta, poder-se-ia concluir equivocadamente que não houve influência do evento negativo no relatório de 2010. Entretanto, no que concerne à análise qualitativa (categorizada), depreende-se que, não obstante a existência de outros relatórios gerando as informações socioambientais mais detalhadas, houve uma maior

evidenciação nas categorias Meio Ambiente, Energia e Produto, no Relatório da Administração do ano de 2010. Tal ocorrência vai ao encontro da teoria exposta, haja vista que justamente as categorias claramente afetadas com o acidente de Fukushima foram as mais evidenciadas.

Como o acidente atingiu diretamente o meio ambiente e os recursos naturais à disposição da sociedade, a empresa busca recuperar a legitimidade, supostamente perdida, expondo seu comprometimento com a legislação ambiental vigente a partir do momento que enfatiza a obtenção de todas as licenças exigidas para sua atividade.

Nas outras duas categorias mais evidenciadas em 2010 (energia e produto), a empresa visou mostrar a eficiência do seu produto, apresentando-o como importante para o futuro da sociedade, e os esforços empreendidos para a garantia da segurança em suas operações. Enfim, a entidade procura alterar as percepções da sociedade (influenciadas pelo acidente) perante o seu produto e sua atividade, na tentativa de recuperar a sua legitimidade. Essas atitudes (evidenciação) também explicitam a prática da segunda estratégia exposta por Lindblom (1994), acerca da Teoria da Legitimidade.

É apresentada a seguir uma exposição detalhada das informações evidenciadas nos relatórios analisados, com alguns trechos agrupados por categoria.

Na categoria Relação com a Comunidade, nota-se que em todos os relatórios há menção de atividades desenvolvidas em parceria com Prefeituras circunvizinhas, sobretudo Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro. Observa-se também a evidenciação dos Prêmios obtidos, frutos dessa interação: Responsabilidade Social, Balanço Social e Certificação Empresa Cidadã.

A ELETRONUCLEAR desenvolve ações e estabelece políticas que proporcionem benefícios não só à empresa, mas também para toda a sociedade. O comprometimento da Empresa com os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, circunvizinhos à Central Nuclear, se traduz por ações de responsabilidade social, através de convênios, programas ou projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. (ELETRONUCLEAR, 2008, p.14, grifo nosso)

A Fundação Eletronuclear de Assistência Médica é citada nos anos de 2006 a 2008, bem como os Programas de alfabetização de jovens e adultos e o de qualificação da mão de obra, que é uma parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET-RJ. Outrossim, pode-se citar o engajamento com o Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, enquadrado como outras atividades sociais.

Na categoria Recursos Humanos, há evidenciação do comprometimento com a saúde dos empregados e familiares; com o treinamento das atividades de operação e manutenção em simulador; e com os direitos humanos e do trabalho orientado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

Foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a implantação da “Política de Álcool e Outras Drogas” na ELETRONUCLEAR [...]. Esta política destina-se a implantar Programas referentes à prevenção, tratamento e recuperação do uso indevido de álcool e outras drogas. Tal programa destina-se a todos os empregados, estagiários e contratados da Empresa... (ELETRONUCLEAR, 2006, p.4, grifo nosso)

Na categoria Ética Empresarial, as informações se pautaram na evidenciação do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da Eletronuclear, criado em conformidade com as diretrizes do “Plano Nacional de Políticas para as Mulheres”; na ostentação do selo pró-equidade de gênero; e no programa jovem aprendiz, além de se apresentar como uma empresa ética com princípios e valores morais reconhecidos.

[...] a ELETRONUCLEAR assinou em 21/05/2007, juntamente com 13 outras empresas estatais de grande porte, o convênio que criou o Fórum Nacional de

Gestão da Ética nas Empresas Estatais. O objetivo central deste termo é “O Desenvolvimento e Fortalecimento dos Princípios Governamentais e Empresariais de Gestão da Ética, visando aprimorar o Relacionamento das Empresas Estatais com seus Diversos Públicos e com a Sociedade em Geral (ELETRONUCLEAR, 2007, p.8, grifos nossos)

Na categoria Produto, observa-se a apresentação de um produto muito eficiente, com a produção ultrapassando recordes de operações passadas, além de uma ênfase nas atividades que objetivaram o aumento da segurança nas operações como as revisões internacionais e autoavaliações.

No ano de 2010 deu-se continuidade aos programas de revisões internas e externas, inclusive internacionais, com grande relevância para o processo de melhoria contínua da Segurança Operacional das usinas Angra 1 e Angra 2. Destacam-se as revisões internacionais conduzidas pela Wano – World Association of Nuclear Operators e pela AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica. (ELETRONUCLEAR, 2010, p. 8, grifo nosso)

Na categoria Energia, há uma ênfase na eficiência energética do produto, um argumento para apresentá-lo como fonte de energia viável, cujo desempenho é comparado com usinas nucleares internacionais.

No mês de julho de 2010, Angra 2 completou 10 anos de conexão ao sistema, tendo produzido até esta data, aproximadamente, 94 milhões de MWh, energia suficiente para abastecer as cidades do Rio de Janeiro e Brasília juntas, por cinco anos ou São Paulo, por quatro anos. (ELETRONUCLEAR, 2010, p. 4, grifo nosso)

Na categoria Meio Ambiente, as informações se relacionaram com a prevenção de danos ambientais e o lançamento do produto como alternativa para o atendimento da crescente demanda por energia elétrica, bem como por se mostrar menos danoso ao meio ambiente, haja vista ser uma fonte não emissora de gases causadores de efeito estufa.

Há ainda a evidenciação na preservação dos recursos naturais com a preocupação em realizar um desenvolvimento sustentável no país e em obter os diversos licenciamentos necessários junto aos órgãos responsáveis, legitimando a sua atividade.

Com relação ao licenciamento ambiental, não existem quaisquer restrições para a continuidade das obras, tendo em vista que a Licença Prévia e a Licença de Instalação já haviam sido expedidas pelo IBAMA, respectivamente, em junho de 2008 e março de 2009, depois de cumpridos todos os trâmites do processo de licenciamento ambiental, dentre os quais, ressaltam-se a aprovação do EIA / RIMA pelo órgão licenciador e a realização de oito Audiências Públicas. (ELETRONUCLEAR, 2010, p. 5, grifo nosso)

Portanto, a análise dos relatórios da administração, bem como dos outros relatórios sociais, permite inferir que a empresa utiliza a evidenciação social em sua base voluntária no intuito de solucionar problemas afetos a sua legitimidade, neste estudo, o acidente de Fukushima. Assim, há uma analogia com os estudos de Cho e Patten (2007), Patel e Xavier (2005), Sancovschi e Silva (2006) e Patten (1992).

4.5 Um Paralelo com a Tipologia de Lindblom (1994)

Com base no que foi observado nos relatórios, nota-se que a evidenciação nas categorias relação com a comunidade, recursos humanos e ética empresarial traduz-se predominantemente na exposição de realizações sociais passadas, sugerindo que houve o emprego da terceira estratégia de Lindblom (1994), na tentativa de desviar a atenção do fato que preocupa.

Já as categorias produto, energia e meio ambiente conectam-se mais com a segunda

estratégia de Lindblom (1994): mudar a percepção do seu público relevante sobre as atividades ou o desempenho da empresa sem mudar seu comportamento atual, em que a Eletronuclear busca evidenciar que suas atividades se desenvolvem sob um padrão socialmente responsável.

Destarte, os dados apresentados na Tabela 1 podem subsidiar a montagem da Tabela 2, a fim de melhor visualizar a evidenciação das estratégias de Lindblom (1994) nos relatórios da administração dos exercícios de 2006 a 2010.

Tabela 2 - Síntese das categorias e estratégias evidenciadas nos relatórios de 2006 a 2010

		2010		2009		2008		2007		2006	
2ª estratégia Lindblom (1994)	Meio Ambiente	367	38,63%	303	31,37%	276	18,07%	303	17,58%	121	9,13%
	Energia	187	19,68%	158	16,36%	115	7,53%	115	6,67%	59	4,45%
	Produto	197	20,74%	100	10,35%	133	8,71%	194	11,25%	40	3,02%
Total 2ª estratégia		751	79,05%	561	58,07%	524	34,32%	612	35,5%	220	16,60%
3ª estratégia Lindblom (1994)	Ética Empresarial	0	0,00%	151	15,63%	146	9,56%	521	30,22%	312	23,55%
	Recursos Humanos	59	6,21%	91	9,42%	208	13,62%	88	5,10%	239	18,04%
	Rel. comunidade	140	14,74%	163	16,87%	649	42,50%	503	29,18%	554	41,81%
Total 3ª estratégia		199	20,95%	405	41,93%	1003	65,68%	1112	64,50%	1105	83,4%

Fonte: Elaboração própria.

Esta análise permite inferir que a Eletronuclear utilizou mormente a terceira estratégia nos relatórios de 2006 a 2008, e a segunda nos relatórios de 2009 e 2010, por ocasião de sua evidenciação social voluntária. A transição de uma estratégia para outra pode ter sido causada pela mudança do Diretor de Administração e Finanças, conforme já discutido. No entanto, releva mencionar que, embora se tenha adotado a mesma predominância de estratégia nos relatórios de 2009 e 2010, é notória uma ênfase ainda maior da segunda em relação à terceira no relatório pós-acidente (79,05% em 2010 e 58,07% em 2009). Tal fato demonstra uma maior preocupação em mudar a percepção do público em relação às atividades da empresa, no intuito de recuperar a legitimidade perdida com o acidente em Fukushima, tendo em vista que a energia nuclear enquadra-se como um assunto deveras polemizado, pois, além dos riscos ao meio ambiente, há o envolvimento direto de vidas humanas nos acidentes.

A predominância na utilização da segunda e terceira estratégias de Lindblom (1994) nos relatórios da Eletronuclear coaduna com os achados de Silva (2003) para empresas que desenvolvem atividades suscetíveis a eventos negativos, podendo levar a um comprometimento de sua legitimidade, e que estão sujeitos a um forte monitoramento do governo ou da sociedade. Guarda também uma congruência com o estudo de Beuren, Hein e Boff (2011) com empresas familiares de capital aberto. Assim, o fato de a empresa ser de capital fechado não induz um tratamento diferenciado com as questões de legitimidade.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou verificar como os administradores da empresa Eletronuclear utilizaram as estratégias de evidenciação social voluntária nos seus relatórios anuais de 2006 a 2010, bem como analisar a política utilizada frente à ocorrência de eventos negativos, representado pelo acidente nuclear em Fukushima no Japão. As análises se basearam nos relatórios da administração e demais documentos disponibilizados pela empresa em seu *site* oficial, utilizando as categorias e elementos de atuação social e ambiental propostas por Ernst & Ernst (1978, apud DOMENCH, 2003) e a tipologia proposta por Lindblom (1994) em relação às estratégias de evidenciação social voluntária.

Em valores absolutos, a empresa apresentou uma maior evidenciação no relatório da administração no ano de 2007. Entretanto, observa-se que com a criação do Comitê de Sustentabilidade Empresarial, em 2007, os assuntos socioambientais passaram a ser expostos com mais detalhes no relatório de sustentabilidade da empresa, sobretudo a partir de 2009. Tal

evidência pode ser aventada a partir do momento em que se observa uma redução na quantidade de palavras evidenciadas no relatório da administração nos anos de 2009 e 2010. Ademais, a mudança na direção de administração e finanças pode ter contribuído para a alteração na forma de apresentação das informações.

A análise realizada permite concluir que, mesmo com a menor quantidade de palavras totais evidenciadas no relatório de administração, a empresa, no ano-base 2010 (emissão após Fukushima), focou nas categorias meio ambiente, energia e produto, deveras fragilizadas com o acidente, evidenciando um quantitativo maior de palavras em relação aos demais anos analisados. Sugere-se ainda que os custos políticos não tenham exercido muita influência na evidenciação, haja vista o forte apoio do atual governo à iniciativa nuclear.

Pôde-se observar, ainda, o incremento do tópico segurança no capítulo de princípios e normas de conduta no relatório de sustentabilidade de 2010 se comparado com o de 2009; e a divulgação em maio de 2011 de dois documentos: um acerca dos critérios de segurança para as usinas e outro evidenciando as atividades sociais desenvolvidas junto às comunidades.

Assim, a apresentação das informações anuais extrapola o mero cumprimento de ditames normativos e a simples visualização “instantânea” da situação financeira da empresa. Ratifica-se a ideia de que a evidenciação voluntária mostra-se como uma ferramenta à disposição dos administradores para influenciar a percepção do público que legitima sua empresa. Portanto, os resultados corroboram os obtidos pelos estudos realizados por Cho e Patten (2007), Patel e Xavier (2005), Sancovschi e Silva (2006) e Patten (1992), bem como as abordagens da Teoria da Legitimidade exposta por Lindblom (1994) e O’Donovan (2002).

Releva mencionar ainda que, embora a empresa elabore relatórios sociais diversos, ela não relegou a evidenciação em seu relatório anual, principalmente frente às externalidades negativas. Enfim, a análise qualitativa focada somente nos relatórios da administração forneceria o mesmo resultado. Tal fato coaduna os argumentos de Sancovschi e Silva (2006, p.56), quando reforçam “a ideia de que o relatório anual é um importante meio para encaminhar questões ambientais relevantes também para o negócio da empresa”.

A análise dos dados com base na tipologia de Lindblom (1994) convergiu com os estudos de Silva (2003) e de Beuren, Hein e Boff (2011), uma vez que mostrou uma predominância das segunda e terceira estratégias. Como a empresa estudada não tem responsabilidade direta pela ocorrência do acidente de Fukushima, não foram encontradas frases que inferissem a utilização da primeira estratégia salientada por Silva (2003) nos relatórios da Petrobras, que, naquela pesquisa, foi causadora da externalidade negativa: vazamento de óleo.

Enfim, o estudo pode mostrar, com base em um fato da realidade atual e nas atitudes de seus administradores, o comportamento de uma empresa brasileira, com forte suscetibilidade a uma intervenção política. A metodologia inovadora de categorizar a evidenciação, ao invés de somente quantificar, e o fato de a empresa ser uma estatal de capital fechado torna o estudo diferenciado em relação aos já realizados pela literatura.

Contudo, entre as limitações metodológicas observadas na elaboração do presente estudo, destaca-se a impossibilidade de identificar as alterações no nível de evidenciação social motivadas por outros fatores e eventos além daqueles analisados. Adicionalmente, o presente estudo também adota como premissa o fato de que os administradores das empresas adotam estratégias de legitimação frente à existência de eventos sociais e ambientais negativos e relevantes para empresa.

O resultado observado no estudo de caso contribui para a literatura estudada na medida em que demonstra que podem não existir diferenças significativas: (1) entre as estratégias de evidenciação social utilizadas por empresas públicas (de capital fechado) e privadas (com ações listadas na Bolsa de Valores) na busca pela manutenção de sua legitimidade social frente a questionamentos sociais sobre sua atividade ou produtos

comercializados; e (2) entre as estratégias de evidencição social (mesmo em épocas distintas) utilizadas por empresas causadoras de acidentes ambientais e aquelas que participam do mesmo setor de atividade, apesar da diferença na quantidade e forma (tipo de argumentação) de evidencição.

Como o evento negativo utilizado neste estudo teve repercussão internacional, sugere-se a realização futura de pesquisas abrangendo empresas de energia nuclear em outros países, a fim de comparar os diferentes graus de evidencição, após o acidente, com, por exemplo, o regime de governo ao qual estão submetidas e/ou a força dos custos políticos em cada país. Ademais, a elaboração doravante dos relatórios da Eletronuclear é um questionamento promissor acerca da atividade nuclear no Brasil. Assim, uma replicação deste estudo com os relatórios de 2012 também é uma sugestão para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk>>. Acesso em: 21 Ago. 2011.

BEUREN, I. M.; HEIN, N.; BOFF, M. L. Estratégias de Legitimidade Organizacional de Lindblom versus Geração Familiar Gestora de Empresas Familiares. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, v. IX, n. 17, jan./jun. 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2011.

CHO, C. H.; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7-8, p. 639-647, oct./nov. 2007. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2006.09.009>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação 015**, de 28 de dezembro de 1987. Procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 11 set. 2011.

DOMENCH, P. A. La Divulgación de la Información Social y Medioambiental de la Gran Empresa Española en El Período 1994-1998: situación actual e perspectivas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad, Espanha**, v. XXXII, n. 117, p. 571-601, abr./jun. 2003.

ELETRONUCLEAR - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. Disponível em: <<http://www.eletronuclear.gov.br>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAEA. International Atomic Energy Agency. **Briefing on Fukushima Nuclear Accident**. 12 mar. 2011a. Disponível em: <<http://www.iaea.org/newscenter/news/2011/fukushima120311.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. International Atomic Energy Agency. **Briefing on Fukushima Nuclear Accident**. 12 apr. 2011b. Disponível em: <<http://www.iaea.org/newscenter/news/2011/fukushima120411.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. Critical Perspectives on Accounting. In: **Critical Perspectives on Accounting Conference**. New York. 1994.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. <http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435870>.

O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

PATEL, A.; XAVIER, R. **Legitimacy challenged: James Hardie Industries and the asbestos case**. The Annual Meeting of the Australian and New Zealand Communication Association, Christchurch, New Zealand, p. 1-14, jul. 2005.

PATTEN, Dennis M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**. v. 17, n. 5. p. 471-475, 1992. [http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](http://dx.doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q).

PEREIRA, Antonio Gualberto; DIAS FILHO, José Maria; BRUNI, Adriano Leal; SAMPAIO, Marcio Santos. Legitimidade Corporativa em empresas pertencentes a indústrias ambientalmente sensíveis: um estudo empírico com empresas que negociam ações na Bovespa. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011, São Paulo/SP. **Anais...** Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/337.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO M. M. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772008000300004>.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A. H. C. Evidenciação social corporativa: estudo de caso da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 1, n. 1, 2006.

SCHRAMM, Wilbur; MAYO, John. Notes on case studies of instructional media projects. **Working paper**. Stanford University, California Inst. for Communication Research, 1971. Disponível em: <<http://eric.ed.gov/PDFS/ED092145.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

SILVA, A. H. C. **Evidenciação Social Corporativa: estudo de caso longitudinal das empresas Petróleo Brasileiro S.A. e Souza Cruz S.A.** 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

SUCHMAN, M. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 571-610, 1995. <http://dx.doi.org/10.5465/AMR.1995.9508080331>.

VALOR ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, 1990, p. 131-156.

APÊNDICE A – Extrato das manchetes que circularam na mídia acerca do acidente nuclear de Fukushima, nos jornais O Globo, Valor Econômico, Folha de São Paulo e BBC

Título	Jornal	Data
Manifestantes se unem na Europa contra uso de energia nuclear	O globo on line	12/03/2011
Japão diz que vive pior crise desde a Segunda Guerra Mundial	O globo on line	13/03/2011
China e Alemanha já sinalizam com revisão de seus programas nucleares	Valor Econômico	14/03/2011
Seguradoras e empresas de energia nuclear lideram perdas na Europa	Valor on line	14/03/2011
Japão enfrenta crise nuclear; tsunami ameaça economia	O globo on line	14/03/2011

Título	Jornal	Data
Crise no Japão faz países repensarem expansão de usinas nucleares	O globo on line	14/03/2011
Governo vai apoiar mudanças em regras de segurança para usina nuclear	Valor on line	15/03/2011
Bolsa de Tóquio cai mais de 12% (após o anúncio de que o nível de radiação na região da usina nuclear de Fukushima está perigoso para a saúde da população)	O globo on line	15/03/2011
Companhias aéreas cancelam voos para Tóquio por medo de contaminação	O globo on line	15/03/2011
Japão tenta evitar pânico nos mercados sobre crise nuclear	O globo on line	15/03/2011
Crise nuclear no Japão derruba Wall Street	O globo on line	15/03/2011
Bolsa de Tóquio despenca 10% e puxa mercados para baixo. Bovespa cai	O globo on line	15/03/2011
Usinas do Brasil são mais seguras, diz Mercadante	Valor Econômico	16/03/2011
Bolsas europeias caem com risco de catástrofe nuclear no Japão	Valor on line	16/03/2011
Eletronuclear rejeita alterar o cronograma de Angra 3	Valor Econômico	17/03/2011
Obama pede revisão de usinas e descarta radiação perigosa nos EUA	Valor on line	17/03/2011
Potências contestam Japão e alertam para desastre nuclear	Valor Econômico	17/03/2011
Tragédia no Japão: China suspende construção de novas usinas nucleares	Folha de São Paulo	17/03/2011
Risco nuclear japonês volta a derrubar Bolsas	Folha de São Paulo	17/03/2011
EUA vão continuar investindo em energia nuclear, diz Obama	BBC	17/03/2011
EUA anunciam revisão de plantas nucleares	Folha de São Paulo	18/03/2011
Expandir reatores nucleares não é uma solução, mas fonte de problemas	Folha de São Paulo	20/03/2011
Ambientalistas fazem protesto e pedem paralisação das obras de Angra 3	O globo on line	22/03/2011
Radiação em alimentos é preocupante, avalia OMS	Folha de São Paulo	22/03/2011
Eletronuclear propõe uso de pequenas hidrelétricas como segurança	Valor on line	23/03/2011
Japão tem nível alto de radiação em água do mar	Folha de São Paulo	23/03/2011
Governo descarta adiar projetos de usinas nucleares	Valor Econômico	24/03/2011
Construção de usinas nucleares no Nordeste pode ser revista	O globo on line	24/03/2011
Vendas de aparelhos para medir radioatividade dispararam na França	BBC	25/03/2011
AIEA vê crise nuclear "longe de acabar"	Folha de São Paulo	27/03/2011
Alemães fazem protesto contra energia nuclear	Folha de São Paulo	27/03/2011
Eletronuclear pode acelerar projetos para elevar segurança em Angra	Valor on line	28/03/2011
Eletronuclear diz que reatores de Angra são mais seguros que Fukushima	Valor on line	29/03/2011
Sarkozy pede normas internacionais mais claras sobre energia nuclear	BBC	31/03/2011
França propõe mudar padrões nucleares	Folha de São Paulo	01/04/2011
ONGs ambientais pedem que governo alemão desista de financiar Angra 3	BBC	01/04/2011
Após Fukushima, governo alemão avalia aval a Angra 3	Folha de São Paulo	16/04/2011
Apesar dos apelos por revisão, Brasil mantém estratégia nuclear	BBC	26/04/2011
Continuidade do programa nuclear brasileiro ainda gera discordâncias	O globo on line	27/04/2011
Dilma faz apelo por usina que pode ter financiamento alemão cancelado	O globo on line	05/05/2011
Após acidente nuclear, Japão anuncia revisão de política energética	BBC	10/05/2011
Alemanha anuncia fechamento de todas as usinas nucleares até 2022	BBC	30/05/2011
Governo revisa uso da energia nuclear e deve adiar usinas	Folha de São Paulo	04/06/2011
(ONGs) Alemães conseguem 125 mil assinaturas contra Angra 3	O globo on line	08/07/2011
IAEA vê aumento no uso de energia nuclear apesar de Fukushima	O globo on line	26/07/2011

Fontes: <<http://oglobo.globo.com>>; <<http://www.valoronline.com.br>>; <<http://www.folha.uol.com.br>>; e <<http://www.bbc.co.uk>>. Acessos em: 21 Ago. 2011.

¹ Os relatórios não se referem especificamente aos exercícios. O enquadramento foi realizado com base na data de emissão.

² O relatório contém dados até junho/2011. A data de emissão não consta no relatório.

³ As células foram preenchidas com as datas de emissão dos relatórios e com "X" para os casos em que não estão disponíveis no *site* da empresa ou por não terem sido emitidos.

⁴ Os elementos: controle da contaminação, redução da contaminação com o uso do produto, ajuda a negócios minoritários e práticas socialmente responsáveis no estrangeiro foram excluídos do quadro por não terem sido citados no período. As células marcadas são as que têm a maior quantidade de palavras por elementos dentre os anos analisados.